

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

GRUPO I

1. As frases «António Costa era primeiro-ministro de Portugal em 2018» e «Em 2018, Portugal tinha como primeiro-ministro António Costa»

(A) representam duas proposições verdadeiras.

(B) representam a mesma proposição.

(C) não representam qualquer proposição.

(D) representam duas proposições válidas.

2. Se houver juízos morais objetivos, então

(A) as sociedades que tiverem valores diferentes dos nossos devem corrigir tais valores.

(B) a correção, ou a incorreção, desses juízos não pode ser discutida.

(C) esses juízos estão certos ou errados independentemente dos costumes.

(D) as pessoas que tiverem valores diferentes dos nossos pensam e agem erradamente.

3. Leia o diálogo seguinte.

Laura – Quem não se interessa por matemática nem física não deveria ter acesso a tecnologias que dependem da matemática e da física, como os computadores e os telemóveis.

João – Porquê, Laura?

Laura – Porque quem não reconhece o valor da matemática e da física não merece beneficiar dos resultados do conhecimento produzido por matemáticos e físicos.

João – Esse teu argumento parece-me fraco. Se aceitássemos a razão que deste para retirar computadores e telemóveis a quem não se interessa por matemática nem física, também teríamos de retirar o acesso a tratamentos médicos a quem não se interessa por biologia ou química.

O João apresenta

(A) um argumento por analogia para defender que não temos razões para retirar computadores e telemóveis a quem não se interessa por matemática nem física.

(B) uma previsão de acordo com a qual não temos razões para retirar computadores e telemóveis a quem não se interessa por matemática nem física.

(C) um argumento por analogia para defender que não temos razões para retirar o acesso a tratamentos médicos a quem não se interessa por biologia nem química.

(D) uma previsão de acordo com a qual não temos razões para retirar o acesso a tratamentos médicos a quem não se interessa por biologia nem química.

4. «Não me venha dizer que a sua opinião sobre os direitos dos animais é a palavra final sobre a questão que estamos a debater. E, por favor, não invoque sondagens de opinião, uma doutrina religiosa ou um partido político para encerrar o debate. Já o filósofo Robert Nozick afirmou que nenhuma opinião pode ter a pretensão de ser a palavra final num debate.»

Quem se opusesse deste modo à apresentação de uma opinião definitiva sobre os direitos dos animais recorreria a

- (A) uma generalização.
- (B) um apelo à ignorância.
- (C) uma derrapagem.
- (D) um argumento de autoridade.

5. «Sem praxe, os novos alunos não se sentiriam integrados e ficariam à margem das atividades académicas; assim sendo, ou existe praxe e os novos alunos participam na vida académica e sentem-se integrados, ou a praxe acaba e os novos alunos não se sentem integrados e ficam excluídos da vida académica. Por conseguinte, e dada a importância para os novos alunos da integração na vida académica, a praxe deve existir.»

Quem argumentasse deste modo incorreria na falácia seguinte.

- (A) Falso dilema.
- (B) Petição de princípio.
- (C) Boneco de palha.
- (D) *Ad hominem*.

6. Considere as frases seguintes.

1. A relva é verde.
2. Se a relva é verde, é colorida.

É correto afirmar que

- (A) ambas exprimem conhecimento *a priori*.
- (B) ambas exprimem conhecimento *a posteriori*.
- (C) 1 exprime conhecimento *a priori*; 2 exprime conhecimento *a posteriori*.
- (D) 1 exprime conhecimento *a posteriori*; 2 exprime conhecimento *a priori*.

7. Suponha que uma pessoa rica tem de participar na escolha de princípios de justiça que regulem a estrutura básica da sociedade em que vive. De acordo com Rawls, para que a escolha seja razoável, essa pessoa terá de atender às restrições da posição original. Por conseguinte, ela deve escolher princípios de justiça

(A) tendo em conta o rendimento dos mais desfavorecidos.

(B) sem ter em conta que todos são livres e iguais.

(C) sem ter em conta a sua posição social.

(D) tendo em conta os recursos disponíveis.

8. Na teoria da justiça de Rawls, o princípio da liberdade igual tem prioridade sobre o princípio da diferença. Aceitar esta prioridade implica aceitar que

(A) as liberdades não podem ser negadas mesmo que impeçam a criação de riqueza que beneficiaria os menos favorecidos.

(B) os incentivos ao crescimento da riqueza envolvem sempre o risco de serem negadas liberdades aos menos favorecidos.

(C) as liberdades são indispensáveis à melhoria crescente do rendimento dos menos favorecidos.

(D) os incentivos ao crescimento da riqueza apenas limitam as liberdades dos menos favorecidos.

9. No texto seguinte, é apresentada uma crítica à perspetiva de Rawls.

E se [...] algumas pessoas preferissem apostar? E se vissem a vida como uma lotaria e quisessem certificar-se de que haveria algumas posições muito atrativas para ocupar na sociedade? Em princípio, os jogadores estão dispostos a correr o risco de ficarem pobres se, em contrapartida, tiverem a hipótese de serem extremamente ricos. [...] Rawls acreditava que as pessoas sensatas não desejariam apostar as suas vidas desta maneira. Talvez estivesse enganado a este respeito.

N. Warburton, *Uma Pequena História da Filosofia*, Lisboa, Edições 70, 2012, p. 228. (Texto adaptado)

O propósito do texto é mostrar que, na posição original,

(A) todos queremos obter as posições mais atrativas.

(B) nem todos iriam aplicar a regra *maximin*.

(C) seria sensato melhorar a pior posição social.

(D) todos estamos dispostos a arriscar.

10. De acordo com a perspetiva de Hume,

(A) há crenças verdadeiras justificadas apenas pelo pensamento.

(B) nenhuma crença pode ser justificada apenas pelo pensamento.

(C) as crenças justificadas pela experiência são todas verdadeiras.

(D) todas as crenças falsas são justificadas por impressões.

GRUPO II

Neste grupo, para os itens 1. e 2., são apresentados dois percursos:

Percurso A – Lógica aristotélica e Percurso B – Lógica proposicional.

Responda apenas aos dois itens de um dos percursos.

Na sua folha de respostas, identifique claramente o percurso selecionado.

PERCURSO A – Lógica aristotélica

1. Identifique o modo e a figura do silogismo seguinte.

Os perdigueiros são mamíferos, pois os perdigueiros são cães, e não há cães que não sejam mamíferos.

2. Considere as frases seguintes.

Os automóveis elétricos atingem rapidamente velocidades elevadas.

Há automóveis pequenos que atingem rapidamente velocidades elevadas.

Suponha que estas frases são as premissas de um silogismo.

Será possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão? Justifique.

PERCURSO B – Lógica proposicional

1. Identifique a conclusão do argumento seguinte e a regra de inferência utilizada para chegar à conclusão.

Caronte não é um satélite natural de Plutão, pois é falso que Caronte orbite em torno de Plutão, e orbitaria em torno de Plutão se fosse um satélite natural de Plutão.

2. Considere as frases seguintes.

Se a Maria é ecologista, então prefere comprar um automóvel elétrico.

A Maria prefere comprar um automóvel elétrico.

Suponha que estas frases são as premissas de um argumento.

Será possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente que a Maria é ecologista? Justifique.

GRUPO III

1. Considere o caso seguinte.

O José é um bom aluno, mas sente-se inseguro quando tem de utilizar fórmulas memorizadas. Ao ser informado de que o enunciado do teste final de Física não iria incluir uma lista com as fórmulas, decidiu levar uma pequena cábula com as fórmulas mais complexas, para o caso de se esquecer de alguma.

Ainda assim, o José acabou por não usar a cábula, errando algumas fórmulas, pois teve receio de ser apanhado a copiar.

Será que, de acordo com Kant, a decisão do José tem valor moral? Justifique a sua resposta.

2. Atente na tese seguinte.

«Nenhum dever admite exceções.»

Concorda com esta tese? Justifique a sua posição.

Na sua resposta,

– apresente inequivocamente a sua posição;

– argumente a favor da sua posição.

GRUPO IV

1. Depois de ter superado o teste da dúvida, Descartes restabelece a confiança nos sentidos. No texto seguinte, Descartes esclarece em que circunstâncias se justifica confiar nos sentidos.

No que se refere ao bem do corpo, os sentidos indicam muito mais frequentemente a verdade do que a falsidade. E posso quase sempre utilizar mais do que um sentido para examinar a mesma coisa; e, além disso, posso utilizar tanto a minha memória, que associa as experiências presentes às passadas, como o meu intelecto, que já examinou todas as causas de erro. Por isso, não devo continuar a temer que seja falso o que os sentidos me dizem habitualmente; pelo contrário, as dúvidas exageradas dos últimos dias devem ser abandonadas como risíveis. [...] E não devo ter sequer a menor dúvida da sua verdade se, depois de apelar a todos os sentidos, assim como à minha memória e ao meu intelecto, para examinar as indicações que receber de qualquer destas fontes, não houver conflito entre elas.

R. Descartes, *Meditações sobre a Filosofia Primeira*, Coimbra, Almedina, 1976, pp. 224-225. (Texto adaptado)

Explique, recorrendo ao texto, em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos **não** deve ser aceite.

2. De acordo com Hume, a suposição de que a natureza é uniforme está implicitamente contida nas inferências indutivas. Porquê?

3. Leia os textos seguintes.

Claro que o cientista individual pode desejar estabelecer a sua teoria, em vez de a refutar. Mas, do ponto de vista do progresso na ciência, esse desejo pode induzi-lo seriamente em erro. Mais ainda, se não examinar a sua teoria preferida de modo crítico, outros o farão por ele. [...]

Para que uma nova teoria constitua uma descoberta ou um passo em frente, deve entrar em confronto com a que a antecedeu [...]. Neste sentido, o progresso na ciência – ou, pelo menos, o progresso significativo – é sempre revolucionário.

K. Popper, *O Mito do Contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 32, 41-42. (Texto adaptado)

Sir Karl [Popper] acentua os testes realizados para explorar as limitações da teoria aceite ou para submeter à tensão máxima uma teoria vulgar. Entre os seus exemplos favoritos [...] estão as experiências de Lavoisier sobre a calcinação e as expedições para observar o eclipse solar de 1919 [...]. Claro que estes são testes clássicos, mas, ao usá-los para caracterizar a atividade científica, Sir Karl omite algo de muito importante a seu respeito. Episódios como estes são muito raros no desenvolvimento da ciência. [...] São aspetos ou exemplos do que algures chamei «investigação extraordinária» [...]. Sugiro, portanto, que Sir Karl caracterizou todo o empreendimento científico em termos que só se aplicam às suas partes ocasionalmente revolucionárias.

T. Kuhn, *A Tensão Essencial*, Lisboa, Edições 70, 1989, pp. 329-330. (Texto adaptado)

Nos textos anteriores, são apresentadas duas perspetivas diferentes acerca do desenvolvimento da ciência.

Confronte as duas perspetivas expressas nos textos anteriores.

Na sua resposta, integre adequadamente informação dos textos.

GRUPO V

Alguns filósofos defendem que a sensação interior de liberdade se opõe à conceção determinista do universo.

Será que essa sensação é uma razão forte para aceitarmos que o livre-arbítrio existe?

Na sua resposta,

- clarifique o problema do livre-arbítrio;
- apresente inequivocamente a sua posição relativamente à questão proposta;
- argumente a favor da sua posição.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item			Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)			
I	1. a 10.			80
	10 x 8 pontos			
II (A ou B)	1.	2.		24
	12	12		
III	1.	2.		32
	16	16		
IV	1.	2.	3.	48
	16	16	16	
V	Item único			16
TOTAL				200

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Critérios de Classificação

12 Páginas

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de escolha múltipla.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

Nos itens integrados em grupos com percursos alternativos, se forem apresentadas respostas a itens de percursos diferentes, apenas será classificada a resposta que surgir em primeiro lugar. A todas as outras respostas será atribuída a classificação de zero pontos.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de escolha múltipla, a cotação do item só é atribuída às respostas que apresentem de forma inequívoca a opção correta. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta curta, os critérios de classificação podem apresentar-se organizados por níveis de desempenho.

Nos itens de resposta restrita e nos itens de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho ou por parâmetros. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

As respostas que não apresentem os termos ou as interpretações constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

No item de resposta extensa que envolve capacidades de problematização e de argumentação, os critérios de classificação apresentam-se organizados por parâmetros: (A) – Problematização; (B) – Argumentação a favor de uma posição pessoal; (C) – Adequação conceptual e teórica; (D) – Comunicação. Cada parâmetro encontra-se organizado por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação.

Se não for atingido o nível 1 de desempenho num dado parâmetro, a classificação a atribuir a esse parâmetro é zero pontos. O parâmetro (D) – Comunicação só é classificado se for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros. A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

GRUPO I

Item	Versão 1	Versão 2	Pontuação
1.	(B)	(A)	8
2.	(C)	(B)	8
3.	(A)	(D)	8
4.	(D)	(C)	8
5.	(A)	(A)	8
6.	(D)	(C)	8
7.	(C)	(B)	8
8.	(A)	(C)	8
9.	(B)	(D)	8
10.	(A)	(B)	8

GRUPO II

PERCURSO A

1. 12 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes.

Identificação do modo e da figura do silogismo:

- (Modo) AAA;
- 1.^a (Figura).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Identifica corretamente o modo e a figura do silogismo.	12
2	Identifica corretamente o modo do silogismo. Não identifica, ou identifica incorretamente, a figura do silogismo (por exemplo, escreve «4. ^a figura»).	8
1	Identifica corretamente a figura do silogismo. Não identifica, ou identifica incorretamente, o modo do silogismo (por exemplo, escreve «modo EAA»).	4

2. 12 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Indicação da impossibilidade de, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão:

- (a partir das premissas dadas,) não é possível (inferir validamente uma conclusão).

Justificação:

- o termo médio – «automóveis que atingem rapidamente velocidades elevadas» – não se encontraria distribuído.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
2	Indica corretamente que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão. Justifica, de modo completo e preciso, que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão.	12
1	Indica corretamente que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões (por exemplo, identificando o termo médio como «velocidade elevada») OU de modo preciso, mas não completo (por exemplo, apenas referindo que o termo médio não se encontraria distribuído, sem o identificar), que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão.	6

PERCURSO B

1. 12 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros equivalentes.

Identificação da conclusão do argumento e da regra de inferência utilizada:

- (Conclusão) Caronte não é um satélite natural de Plutão;
- (Regra de inferência válida) *Modus tollens*.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Identifica corretamente a conclusão do argumento e a regra de inferência utilizada (ver nota).	12
2	Identifica corretamente a conclusão do argumento. Não identifica, ou identifica incorretamente, a regra de inferência utilizada (por exemplo, escreve « <i>Modus ponens</i> »).	8
1	Identifica corretamente a regra de inferência utilizada. Não identifica, ou identifica incorretamente, a conclusão do argumento (por exemplo, escreve «Caronte não orbita em torno de Plutão»).	4

Nota – Caso a regra de inferência seja identificada como «Modus tolens» ou «Modos tolens», considerar-se-á que foi cometido um erro ortográfico que não desvirtua a identificação solicitada, e a resposta não será desvalorizada. Caso a regra de inferência não seja identificada, mas seja corretamente apresentada a forma lógica do argumento, a resposta não será desvalorizada.

2. 12 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Indicação da impossibilidade de, a partir das premissas dadas, inferir validamente a conclusão dada:

- (a partir das premissas dadas) não é possível (inferir validamente que a Maria é ecologista).

Justificação:

- a verdade das duas premissas (uma condicional e a afirmação da consequente dessa condicional) não assegura/implica que a Maria seja ecologista (nem que o não seja) OU nas premissas são dadas uma condicional e a afirmação da consequente dessa condicional, das quais não se segue a afirmação da antecedente OU pretender inferir que a Maria é ecologista seria incorrer na falácia da afirmação da consequente.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
2	Indica corretamente que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão. Justifica, de modo completo e preciso, que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão.	12
1	Indica corretamente que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões (por exemplo, identificando a antecedente como «ser ecologista») OU de modo preciso, mas não completo (por exemplo, apenas referindo que se incorreria numa falácia formal, ou que as premissas dadas não permitem aplicar a regra de inferência <i>Modus ponens</i>), que não é possível, a partir das premissas dadas, inferir validamente uma conclusão.	6

GRUPO III

1. 16 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Indicação de que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral:

– de acordo com Kant, a decisão do José não tem valor moral.

Justificação:

– ao levar a cábula para o teste final de Física, o José violou o dever de não levar cábulas para testes (OU o dever de não tentar obter vantagens indevidas) OU o José agiu contra o dever;

– é certo que o José acabou por não usar a cábula que levou para o teste; contudo, não foi o dever (de não usar cábulas nos testes OU de não tentar obter vantagens indevidas) que o motivou, mas o receio de ser apanhado a copiar OU contudo, tendo sido motivado pelo receio (uma inclinação resultante do amor de si), o José agiu em conformidade com o dever, e não por dever.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Indica corretamente que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral. Justifica, de modo completo e preciso, que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral (ver nota).	16
3	Indica corretamente que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas não completo, que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral (ver nota).	12
2	Indica corretamente que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral. Justifica, parcialmente e com imprecisões, que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral (ver nota).	8
1	Indica corretamente que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral. Não justifica que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral, ou apresenta conteúdos que, embora corretos, não constituem uma justificação do facto de, de acordo com Kant, a decisão não ter valor moral. OU Não indica que, de acordo com Kant, a decisão não tem valor moral, ou indica, incorretamente, que, de acordo com Kant, a decisão tem valor moral. Apresenta corretamente conteúdos relevantes para a justificação solicitada (por exemplo, distingue agir por dever de agir em conformidade com o dever, ou refere que agir motivado por sentimentos não é agir por dever, ou refere que agir por dever é agir querendo cumprir o imperativo categórico), procurando aplicá-los ao caso em análise.	4

Nota – Caso apenas seja abordada a decisão de levar a cábula para o teste ou apenas seja abordada a ausência de uso da cábula, a resposta não será desvalorizada.

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Justificação da posição defendida.

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

No caso de o examinando considerar que nenhum dever admite exceções:

- os deveres são universais, e seria incoerente afirmar que temos deveres e, ao mesmo tempo, admitir que podemos violá-los;
- por serem universais, os deveres são expressos em princípios universalizáveis;
- admitir exceções a princípios universalizáveis implicaria aceitar princípios não universalizáveis, isto é, princípios que se anulariam a si mesmos se tentássemos universalizá-los (por exemplo, universalizar os princípios de que devemos mentir ou de que devemos romper contratos levaria a que mentir ou romper contratos fosse impossível);

No caso de o examinando considerar que há deveres que admitem exceções:

- seria errado admitir à partida que em nenhuma circunstância se justificariam exceções a certos deveres;
- é possível conceber circunstâncias excepcionais em que a violação de certos deveres teria consequências valiosas para a maioria das pessoas afetadas;
- a experiência tem confirmado que, nas circunstâncias habituais, os deveres de não mentir ou de não romper contratos, por exemplo, têm consequências valiosas para a maioria, mas isso não significa que o cumprimento desses deveres seja independente das consequências da sua adoção nas diferentes circunstâncias;

No caso de o examinando considerar que todos os deveres admitem exceções:

- há circunstâncias que, dada a sua natureza excecional, tornam problemático o cumprimento de deveres tidos como corretos nas circunstâncias habituais, havendo a necessidade de ponderar a violação de certos deveres;
- a experiência mostra que, em circunstâncias excepcionais, pode haver justificação para que se viole deveres amplamente aceites;
- se mesmo deveres tão importantes como o dever de não matar ou o dever de não romper contratos podem ser justificadamente violados, é razoável inferir que todos os deveres admitem exceções.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Apresenta a posição defendida. Justifica, de modo completo e preciso, a posição defendida.	16
3	Apresenta a posição defendida. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas não completo, a posição defendida.	12
2	Apresenta a posição defendida. Justifica, parcialmente e com imprecisões, a posição defendida.	8
1	Não apresenta a posição defendida. Apresenta corretamente conteúdos relevantes para a justificação solicitada (por exemplo, refere que, para Kant, os deveres são universais, ou refere que, para Mill, os deveres dependem das consequências das ações).	4

GRUPO IV

1. 16 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Explicação das circunstâncias em que a informação proveniente dos sentidos não deve ser aceite:

- Descartes afirma que geralmente não se justifica «temer que seja falso o que os sentidos» indicam;
- se «não houver conflito» entre o que os sentidos indicam e o que a memória e o intelecto indicam (nem entre as indicações provenientes dos diferentes sentidos), então a informação proveniente dos sentidos deve ser aceite e não há lugar para «a menor dúvida da sua verdade»;
- assim, a informação proveniente dos sentidos só não deve ser aceite quando, depois de examinada pela memória e pelo intelecto (razão), entrar em conflito com as indicações recebidas destas faculdades.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Explica, de modo completo e preciso, em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos não deve ser aceite. Mostra boa compreensão do texto.	16
3	Explica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas não completo, em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos não deve ser aceite. Mostra alguma compreensão do texto.	12
2	Explica, parcialmente e com imprecisões, em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos não deve ser aceite. Mostra alguma compreensão do texto.	8
1	Não explica em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos não deve ser aceite, nem mostra compreensão do texto. Apresenta corretamente conteúdos relevantes para a explicação solicitada (por exemplo, refere que, uma vez provada a existência de Deus, se justifica acreditar que as nossas faculdades, desde que prudentemente aplicadas, não são enganadoras). OU Explica corretamente em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos deve ser aceite, mostrando compreensão do texto, em vez de explicar em que circunstâncias a informação proveniente dos sentidos não deve ser aceite.	4

Nota – A mera transcrição do texto ou de excertos do texto implica a atribuição de zero pontos.

2. 16 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Justificação de que a suposição de que a natureza é uniforme está implicitamente contida nas inferências indutivas:

- quando fazemos inferências indutivas, chegamos a conclusões acerca de factos não observados a partir de premissas que descrevem factos observados;
- a nossa confiança nas conclusões obtidas indutivamente pressupõe que a natureza funciona do mesmo modo tanto nos casos observados como nos casos ainda não observados (e isso significa que as inferências indutivas assentam na suposição de que a natureza é uniforme).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Explica, de modo completo e preciso, que, de acordo com Hume, a suposição de que a natureza é uniforme está implicitamente contida nas inferências indutivas.	16
3	Explica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas não completo, que, de acordo com Hume, a suposição de que a natureza é uniforme está implicitamente contida nas inferências indutivas.	12
2	Explica, parcialmente e com imprecisões, que, de acordo com Hume, a suposição de que a natureza é uniforme está implicitamente contida nas inferências indutivas.	8
1	Não explica que, de acordo com Hume, a suposição de que a natureza é uniforme está implicitamente contida nas inferências indutivas. Apresenta corretamente conteúdos relevantes para a explicação solicitada (por exemplo, refere que as inferências indutivas são conhecimento de factos, ou refere que as inferências causais se baseiam na mera observação de conjunções constantes, e não na observação de uma conexão necessária entre objetos ou acontecimentos).	4

3. 16 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Confronto das perspetivas de Popper e de Kuhn.

- de acordo com Popper, o desejo de confirmar uma teoria pode levar o cientista a «não examinar a sua teoria preferida de modo crítico»; essa falha do «cientista individual», contudo, acabará por ser corrigida, pois a teoria não deixará de ser examinada/submetida a tentativas de refutação por outros cientistas; Kuhn, por sua vez, defende que, nos períodos de ciência normal, os cientistas realizam testes que não exploram «as limitações da teoria aceite» e que, pelo contrário, visam consolidá-la;
- segundo Popper, «o progresso significativo» ocorre apenas quando uma nova teoria entra em «confronto com a que a antecedeu»; nessa medida, o desenvolvimento da ciência é revolucionário; Kuhn, porém, defende que a ciência extraordinária conduz a revoluções científicas, nas quais ocorrem mudanças de paradigma, e que os episódios revolucionários são «muito raros no desenvolvimento da ciência».

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Confronta, de modo completo e preciso, as perspetivas de Popper e de Kuhn, expressas nos textos, acerca do desenvolvimento da ciência. Integra adequadamente informação dos dois textos.	16
3	Confronta, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas não completo, as perspetivas de Popper e de Kuhn, expressas nos textos, acerca do desenvolvimento da ciência. Integra adequadamente informação dos dois textos.	12
2	Confronta, parcialmente e com imprecisões, as perspetivas de Popper e de Kuhn, expressas nos textos, acerca do desenvolvimento da ciência. Integra informação dos dois textos.	8
1	Confronta, parcialmente e com imprecisões, as perspetivas de Popper e de Kuhn acerca do desenvolvimento da ciência. Não integra informação dos textos OU integra inadequadamente informação dos textos, fazendo citações avulsas. OU Não confronta as perspetivas de Popper e de Kuhn, expressas nos textos, acerca do desenvolvimento da ciência. Apresenta corretamente aspetos centrais da perspetiva de Popper acerca do desenvolvimento da ciência, mas não apresenta aspetos da perspetiva de Kuhn, ou apresenta-os incorretamente OU apresenta corretamente aspetos centrais da perspetiva de Kuhn acerca do desenvolvimento da ciência, mas não apresenta aspetos da perspetiva de Popper, ou apresenta-os incorretamente. Não integra informação dos textos OU integra inadequadamente informação dos textos, fazendo citações avulsas.	4

Nota: A mera transcrição do texto ou de excertos do texto implica a atribuição de zero pontos.

GRUPO V

1. 16 pontos

Cenários de resposta

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Clarificação do problema:

- a ciência dá-nos uma conceção determinista do universo (de acordo com a qual todos os acontecimentos são determinados por acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza); ao mesmo tempo, frequentemente, sentimos que diferentes cursos de ação estão disponíveis e dependem de uma escolha nossa (ou seja, sentimos que esses cursos de ação não estão determinados) OU a conceção determinista do universo parece ser inconciliável com a ideia de livre-arbítrio; mas a nossa experiência da escolha entre alternativas sugere-nos que temos livre-arbítrio;
- saber se temos livre-arbítrio é, então, um enigma/problema.

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Argumentação a favor da posição defendida:

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

No caso de o examinando considerar que a sensação interior de liberdade é uma razão forte para aceitarmos que o livre-arbítrio existe

- por vezes, escolhemos cursos de ação e sabemos que outros cursos de ação, embora (aparentemente) possíveis, não seriam razoáveis; por exemplo, embora seja (aparentemente) possível sair da sala pela janela, na ausência de uma razão para o fazermos (por exemplo, a porta da sala estar bloqueada, ou haver um incêndio no corredor) acabamos por não o fazer e saímos pela porta;
- em casos destes, pode argumentar-se que as nossas escolhas resultam de acontecimentos/factos anteriores (e das leis da natureza), como, por exemplo, a existência das regras sociais, que mandam sair pela porta, e a nossa necessidade de estarmos socialmente integrados;
- todavia, também nos encontramos frequentemente perante cursos de ação genuinamente alternativos; por exemplo, se nos dão a escolher entre bolo de cenoura e bolo de laranja, e não temos razões para preferir um ou outro, a escolha parece ser inteiramente nossa, e não determinada;
- a experiência direta da escolha genuína (ou a sensação interior de liberdade inerente à experiência direta da escolha genuína) mostra-nos que há cursos de ação que dependem da nossa vontade, e não (apenas) de acontecimentos anteriores (e das leis da natureza), e nenhuma teoria consegue negar este tipo de experiência.

No caso de o examinando considerar que a sensação interior de liberdade não é uma razão forte para aceitarmos que o livre-arbítrio existe

- é certo que, frequentemente, sentimos que diferentes cursos de ação estão disponíveis e dependem de uma escolha nossa, ou seja, sentimos que esses cursos de ação não estão determinados;
- porém, esta sensação, quando submetida a análise, revela-se ilusória; por exemplo, embora possamos sentir (e acreditar) que saímos pela porta, e não pela janela, porque é isso que queremos, a verdade é que «sair pela janela», dadas as regras sociais e a nossa necessidade de nos integrarmos socialmente, não era possível, exceto se outros acontecimentos/factos determinassem a saída pela janela (como a porta da sala estar bloqueada, ou haver um incêndio no corredor);
- as nossas escolhas podem ser explicadas precisamente porque temos razões para essas escolhas, e essas razões resultam de processos causais;
- mesmo escolhas entre cursos de ação que parecem ser equivalentes (relativamente aos quais não temos uma preferência consciente) podem, afinal, ser causadas por acontecimentos/factos dos quais não estamos conscientes; aliás, os especialistas em *marketing*, por exemplo, estudam motivações humanas, das quais, muitas vezes, as pessoas não estão conscientes, e usam o conhecimento assim adquirido para controlar o comportamento dos consumidores.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos seguintes parâmetros.

A – Problematização 3 pontos
 B – Argumentação a favor de uma posição pessoal 6 pontos
 C – Adequação conceptual e teórica 4 pontos
 D – Comunicação 3 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A Problematização	2	Clarifica adequadamente o problema filosófico apresentado.	3
	1	Clarifica com imprecisões, ou de modo implícito, o problema filosófico apresentado.	1
B Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a perspetiva defendida. Evidencia um bom domínio das competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • articula adequadamente os argumentos ou as razões ou os exemplos apresentados; • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da perspetiva defendida ou contra perspetivas rivais da defendida. 	6
	2	Apresenta inequivocamente a perspetiva defendida. Evidencia um domínio satisfatório das competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • elenca argumentos ou razões ou exemplos; • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da perspetiva defendida ou contra perspetivas rivais da defendida. 	4
	1	Apresenta a perspetiva defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da perspetiva defendida, ou contra a perspetiva rival da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
C Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema apresentado, mostrando compreensão dessa(s) perspetiva(s).	4
	1	Aplica com imprecisões conceitos relevantes para a discussão do problema apresentado. Mobiliza com imprecisões (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema apresentado, mostrando uma compreensão parcial dessa(s) perspetiva(s).	2
D Comunicação	2	Apresenta um discurso fluente. Escreve com sintaxe, ortografia e pontuação corretas, podendo apresentar falhas pontuais.	3
	1	Apresenta um discurso pouco fluente. Escreve com incorreções sintáticas, ortográficas ou de pontuação que não afetam a inteligibilidade do discurso.	1

COTAÇÕES

Grupo	Item			
	Cotação (em pontos)			
I	1. a 10.			
	10 × 8 pontos			80
II (A ou B)	1.	2.		
	12	12		24
III	1.	2.		
	16	16		32
IV	1.	2.	3.	
	16	16	16	48
V	Item único			
				16
TOTAL				200

VERSÃO DE TRABALHO